

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
TERRITÓRIO DO SERTÃO DO PAJEÚ – ESTADO DE PERNAMBUCO

Relatório Analítico e propositivo

1. Contextualização

A região do Sertão de Pernambuco possui características peculiares intrínsecas a sua geografia e dentro desse contexto surge a divisão em três territórios: O Território do Araripe, o Território do São Francisco e o Território do Sertão do Pajeú. Em relação a esse último, destacamos a denominação “Pajeú” devido a referência ao Rio Pajeú que atravessa parte dos municípios que compõem o Território, revelando significativa importância para o povoamento dessa parte do semiárido brasileiro.

O Território do Sertão do Pajeú é composto por 20 municípios, divididos em três microrregiões:

- a) MICRORREGIÃO DE SÃO JOSÉ DO EGITO, composta pelos municípios de Brejinho, Itapetim, Santa Terezinha, São José do Egito e Tuparetama;
- b) MICRORREGIÃO DE AFOGADOS, composta pelos municípios de Afogados da Ingazeira, Carnaúba, Iguaraci, Quixaba, Sertânia, Solidão e Tabira;
- c) MICRORREGIÃO DE SERRA TALHADA, composta pelos municípios de Calumbi, Flores, Mirandiba, Santa Cruz da Baixa Verde, São José do Belmonte, Serra Talhada e Triunfo.

Dados históricos revelam que o início da exploração econômica do Sertão Pernambucano ocorreu através da atividade pecuária. Estudos sobre essa questão informam que tal fato foi decorrente da proibição, por parte da coroa portuguesa, da exploração da pecuária nas áreas próximas ao litoral (Zona da Mata) da capitania de Pernambuco que se destinavam apenas para o cultivo da cana-de-açúcar. Assim, induzia-se o deslocamento do gado para o Sertão, seguindo o caminho inverso das águas do Rio São Francisco e dos seus afluentes, tendo o Rio Pajeú como um deles. Tal fato trouxe para a região, juntamente com o gado, o povoamento dessas terras, a formação de latifúndios, ocupando extensas áreas e as formas de convivência.

As relações de poder foram organizadas a partir das formações das estruturas fundiárias e delas surgiram as cidades sertanejas, tendo na figura do dono das terras e do gado a expressão do poder autoritário e paternalista que ainda permanece. Atualmente, algumas poucas mudanças pontuais são percebidas e de alguma forma buscam alterar o quadro político e econômico dessa região.

A mistura racial está presente e provém tanto dos habitantes naturais, indígenas, quanto do processo de escravidão com a chegada dos negros e dos embates e fugas dos portugueses e holandeses vindos das regiões litorâneas. Essa mistura de raça traz consigo também a mistura de culturas expressadas pelas danças e músicas, pela poesia e nos hábitos alimentares adaptados à sobrevivência no semiárido da caatinga.

A caprinocultura e a ovinocultura são atividades de grande relevância econômica nos municípios desse território, muito em face da rusticidade e adaptação dos animais às condições do ambiente do semiárido nordestino. Em relação às atividades da agricultura predominam os cultivos de milho, feijão e mandioca que fazem parte da dieta básica do sertanejo.

Os dias de feira-livre constituem-se no ponto de referência para as negociações mais diversas, presencia-se a convergência da população vinda desde os locais mais recônditos das áreas rurais que se misturam aos moradores das cidades e ali estabelecem a comercialização da produção das atividades produtivas e contribuem para o incremento do comércio. A feira-livre é uma tradição nordestina existente em toda a região.

As histórias sobre o legendário Lampião e o mundo do cangaço são retratadas em formas de cordel e encontra no Município de Serra Talhada, cidade natal, o ponto de referência com o museu sobre essa figura que percorria essas terras com sua tropa, deixando atônita e aterrorizada a população do sertão nordestino.

Quanto a infraestruturas existentes e destinadas para esse território, ressalta-se a precariedade das estradas que interligam os municípios, com significativa falta de conservação e apoio o que resulta na deficiência dos sistemas de transportes coletivos. As obras dos canais da transposição do Rio São Francisco (integração de bacias hidrográficas) estão sendo realizadas e cortam parte desse território, mas são vistas pela população como algo externo ao seu cotidiano e que aparentemente não lhe trarão resultados satisfatórios e esperanças para o futuro.

Esta parte do relatório tem por objetivo base estabelecer uma avaliação sintética sobre os questionários: Q1, Q2, Q3 e Q5 para que se possa ter uma visão mais holística

da situação dos territórios até o presente momento. O presente relato se refere aos resultados obtidos nos questionários aplicados no Território Sertão do Pajeú

2. Identidade

Como já observamos no relatório do Agreste Meridional o Q2 ressalta os mecanismos aglutinadores no processo de construção identitária do território. Entre os itens categorizados no Q2 a Agricultura Familiar figura como o mecanismo mais forte no processo de aglutinação. Apresenta 0,802, um índice considerado alto, seguido da Economia que figura com 0,728, seguida da Política com 0,714 e da Pobreza com 0,676. A Economia acompanha a Agricultura Familiar, apesar de a Pobreza se fazer presente em nível médio alto. Acredita-se que em face da precariedade da Agricultura Familiar, a pobreza configure elemento aglutinador da identidade local ao seu lado. Já o fator Político também se torna bastante forte em face do processo civilizatório (coronelato), atribuído ao controle da região por determinadas famílias. Etnia e Colonização aparecem com nível médio em virtude da caracterização do território.

3. Capacidades Institucionais

Os dados obtidos no Sertão do Pajeú resultam da aglutinação de perguntas existentes no Q1 e Q5. O que de certa forma configuram contradições. Elementos como a Gestão do Colegiado, Capacidades Institucionais e Infraestrutura Institucional apresentam indicadores medianos, entretanto, o restante dos indicadores seguem de forma precarizada o que demonstra baixa qualidade nos serviços, falta de instrumentos de gestão precariedade no arbitramento dos conflitos, pouco envolvimento comunitário e baixa participação.

O Colegiado desse território segue como no do agreste, necessitando de melhorar sua capacidade articuladora, visto que, das 91 instituições inscritas no mesmo, só 34 aparecem nos questionários, o que representa apenas 37% dos membros. Para uma boa representatividade é um baixo percentual, mesmo assim, isso não poder ser considerado fator condicionante. Há a necessidade do fortalecimento do colegiado através de incentivos que propicie ou estimule a confiança do colegiado em si mesmo. Isso pode ser conquistado com uma maior participação institucional no colegiado e com a socialização das ações desenvolvidas pelo mesmo.

4. Gestão do Colegiado

Nesse quesito é possível visualizar fatores idênticos também aos apresentados no Agreste Meridional. Um deles é a baixa frequência dos membros do colegiado nas reuniões ou a alta rotatividade dos mesmos. Como o aludido anteriormente, só foi possível entrevistar 37% dos membros do colegiado. Esse fato indica que o mesmo vem trabalhando de forma precária. Visualiza-se essa precariedade nos gráficos relativos à avaliação do colegiado, quando no questionamento sobre a existência de assessor técnico permanente em sua gestão houve equilíbrio apresentando os seguintes percentuais: 35.29% afirmam a existência, 32.35% negam e 32.35% desconhecem.

Quando questionados sobre o tipo de assessoria existente, a resposta foi muito confusa, o que mais uma vez comprova a falta de articulação entre seus membros. Essas contradições vão se somando ao longo dos questionários. Exemplos podem ser apresentados tais como: não se entendem muito sobre a indicação dos membros para a formação do mesmo, embora tenha um indicador de 58.82% para o processo de indicação por convocatória aberta, não se entendem sobre o número de reuniões já realizadas, ao mesmo tempo em que 50% afirmam reuniões a cada quatro meses. Sobre a capacidade de decisão de cada membro do colegiado os representantes dos movimentos sociais e ONGs foram mais efetivos. Há equilíbrio nos mecanismos de comunicação utilizados pelo Colegiado para indicar suas ações.

Projetos, Meio Ambiente, Desenvolvimento agropecuário e Cidadania e Inclusão social, são os temas mais discutidos. Nesse ponto outra contradição, discute-se projeto com menos frequência que Planejamento.

O que mais prejudica o desempenho do Colegiado é a pouca participação dos gestores públicos, a baixa capacidade técnica, falta de confiança no colegiado (o colegiado não ser ouvido).

No tocante à elaboração de documentos e visão de futuro o resultado apresentado é bastante significativo 70.59% reconhecem a boa atuação do Colegiado.

5. Avaliação de Projetos

As observações realizadas no questionário para o Sertão do Pajeú seguem com características idênticas às do Agreste Meridional. Muitas contradições existentes e em

alguns momentos com dúvidas sobre os resultados apresentados. Como exemplo, podem ser citadas as seguintes:

- a) planejamento ruim e boa execução do projeto;
- b) a participação dos beneficiários é ruim;
- c) as atividades atendidas pelo projeto são também ruins;
- d) o papel das organizações também é ruim;
- e) a situação é crítica para as organizações apoiadas pelo projeto.

Então como a capacidade de planejamento é boa? Talvez se possa explicar, utilizando a concepção de que quem planeja não tem muita relação com os sujeitos a serem beneficiados com a ação.

No tocante à execução do projeto, a participação dos beneficiários e capacidade de execução é regular e o nível de funcionamento é ótimo (entendemos essa condição como bastante contraditória). Se a participação dos beneficiários é ruim e a variação do público beneficiado também o é, como é possível um desenvolvimento territorial regular? Talvez pelo mesmo motivo da questão anterior. Utiliza-se a visão de que o projeto foi elaborado. Diante do exposto seguem as mesmas observações apresentadas para o Agreste Meridional.

- 1 – pouca ou falta de consulta aos sujeitos que sofreriam as ações em questão;
- 2 – pouca ou baixa hierarquização na seleção das ações a serem desenvolvidas, com base nas reais necessidades dos sujeitos em questão;
- 3 – ausência de planejamento prévio para o estabelecimento das ações;
- 4 – pouca observância no gerenciamento das ações representadas nos projetos, apesar de haver sido observado no gráfico relativo Avaliação de Fase de Execução do projeto no Nível de Funcionamento do Projeto um índice considerado bom. Ora se a participação dos beneficiários e a capacidade de execução são baixas. Parece contraditório um índice elevado no nível de funcionamento do projeto. O que se observa é a importância dos projetos para a população. Discutir a eficácia é outra polêmica, principalmente pelo fato de serem em número bastante reduzidos e com pouca participação dos sujeitos envolvidos diretamente.

Como sugestão para a melhoria da operacionalização das ações aponta-se para a necessidade da fomentação de um processo no qual se possa concretizar o restabelecimento das instituições democráticas no sentido de entregar aos sujeitos envolvidos na questão o direito a participação efetiva nas discussões concernentes às suas necessidades mais básicas.

5. ICV

A análise dos resultados da pesquisa de campo apontaram para um ICV de 0,474 indicando um nível médio de percepção de melhora na qualidade de vida dos entrevistados, uma vez que os valores obtidos em cada uma das três instâncias de desenvolvimento também se enquadraram no nível médio.

Quanto à instância Fatores de Desenvolvimento observamos que os valores dos indicadores apresentados revelaram a melhor avaliação para as Condições de Moradia (0,608), destacando-se das demais por se enquadrar na classificação Médio Alto. Por outro lado, as piores avaliações foram para o acesso à Assistência Técnica (0,240) e para o Acesso ao Crédito (0,341), classificadas como Médio Baixo.

Os dados, ainda que subjetivos, indicam uma carência do Acesso ao Crédito e do Acesso à Assistência Técnica apesar da existência de programas como o PRONAF (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e da atuação de instituições estaduais de apoio ao produtor rural como o IPA (Instituto Agrônômico de Pernambuco) e Pró-Rural. Tais fatos refletem em uma baixa Diversificação da Produção Agrícola e, conseqüentemente, geram uma menor Diversificação nas Fontes de Renda Familiar.

Os baixos valores atribuídos à Diversificação nas Fontes de Renda (0,294), na Diversificação na Produção Agrícola (0,325) e na Renda familiar (0,346) se contrapõem aos valores imputados pelos entrevistados para a Produtividade da Terra (0,479) e do Trabalho (0,438). A possível explicação para tal fato está nos valores médios apresentados para a produtividade, tanto da terra quanto do trabalho. Sob essa ótica, no contexto do território, refletem a produção média obtida nas atividades produtivas.

Um dos resultados da pesquisa que mais despertam a atenção no Sertão do Pajeú diz respeito aos valores atribuídos para a Conservação da área de produção: solo (0,546), Preservação da Vegetação Nativa (0,535) e a Conservação das Fontes de Água (0,509) que receberam os maiores valores na Dimensão Característica do Desenvolvimento. Ao analisar a realidade territorial, constatou-se que a maioria das propriedades do território não possui fontes próprias naturais de água. As fontes de água, geralmente, ficam situadas distante das propriedades. Dessa forma, independentemente da forma de distribuição da água ou da degradação ou não da fonte,

os entrevistados tendem a considerar a Conservação das Fontes de água como “boa” ou “ótima”.

A Situação Econômica (0,643), a Participação em Organizações Comunitária (0,631), a Participação Política (0,615) e as Condições de Alimentação e Nutrição (0,608) foram os indicadores que mais contribuíram para a elevação da instância Efeitos do Desenvolvimento. Já a Permanência dos Familiares no Domicílio (0,131) foi o indicador que mais contribuiu para a diminuição da referida instância.

A Situação Econômica, juntamente com a Participação em Organizações Comunitária, a Participação Política e as Condições de Alimentação e Nutrição, revelam um grau de satisfação médio alto dos entrevistados. No entanto, apesar dessa satisfação, a Permanência dos Familiares no Domicílio foi o indicador mais baixo dessa instância. Uma hipótese para essa evasão pode ser a atratividade das cidades, tanto nas atividades de lazer quanto na expectativa de melhores condições de trabalho.

Comparando-se os valores do ICV para os Territórios Rurais do Nordeste é possível verificar que todos os Territórios estão enquadrados na classificação de Desenvolvimento Médio (0,40 – 0,60). Enfatizamos que não se deve comparar diretamente os ICVs entre os Territórios, pois cada um deles apresenta suas próprias especificidades. Dessa forma, o ICV do Território revela um caráter próprio e, nesse sentido, é recomendável que sua análise seja feita comparativamente dentro do próprio Território numa escala temporal.

A análise da pesquisa no Território Rural do Sertão do Pajeú indica um valor médio correspondente a uma percepção de melhora na qualidade de vida dos entrevistados.

Os resultados parciais da pesquisa revelam, numa análise geral, que os indicadores fortes do Território, na percepção dos entrevistados, foram os seguintes: Situação Econômica, Participação em Organizações Comunitária, Participação Política, Condições de Alimentação e Nutrição e as Condições de Moradia.

Por outro lado, os dados mostraram uma fragilidade nos seguintes indicadores: acesso à Assistência Técnica, Acesso ao Crédito, Renda Familiar, Diversificação na Produção Agrícola, Diversificação nas Fontes de Renda, Permanência dos Familiares no Domicílio e Condições de Saúde.

A viabilização social e econômica do Território Rural do Sertão do Pajeú envolve a geração de políticas públicas que promovam melhorias, principalmente, nas fragilidades constatadas pela pesquisa. Em outras palavras, para promover a

viabilização social e econômica do referido território, é importante gerar oportunidades de ocupação e trabalho nas áreas rurais, de modo que estimule o desenvolvimento de pluriatividades entre as famílias rurais e assim criar condições socioeconômicas para a permanência no campo.

7. Análise integradora de indicadores e contexto

A síntese apresentada nos itens anteriores possibilita antever um quadro de contradições existentes no Sertão do Pajeú. Tal fato tem início pela busca de uma identidade para o Território – Caprino/ovicultura e Agricultura Familiar. A primeira revela um fator de grande importância para a economia de boa parcela dos municípios que integram esse Território, mas e ao mesmo tempo, a pesquisa com o ICV aponta para a significativa presença da agricultura familiar com baixo índice tecnológico, possivelmente resultante da falta de apoio da assistência técnica e do acesso ao crédito.

A baixa diversificação da renda e da produção agrícola, talvez reflita a inserção da população na aquisição de tecnologias e nos leva a pensar que o insignificante número de projetos executados está atrelado a falta de conhecimento dos potenciais produtivos que podem alavancar as atividades da agricultura familiar.

A desarticulação das instituições está presente e foi revelada pela pesquisa, o que denota a fragilidade das ações de integração do Território, até então presente. Com isso, o Colegiado Territorial perde a importância perante os seus membros, uma vez que não consegue interagir com todos e principalmente conseguir definir os anseios próprios daqueles que poderiam ser beneficiados com a execução, de fato, dos projetos que proporcionarão a melhoria dos indivíduos que atuam nas áreas rurais do Território. Indivíduos esses distribuídos entre agricultores familiares, quilombolas, indígenas, produtores de atividades não agrícolas etc.

8. Propostas e ações para o Território

Neste item apresentamos, com base nas informações advindas da análise dos questionários, do acompanhamento das reuniões dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Social ao longo do Território e das percepções dos atores dos diversos segmentos que os compõem, referenciados ainda nos indicadores que foram propostos no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sertão do Pajeú, ações

que dizem respeito a atividades que possam efetivamente dinamizar as cadeias produtivas e sociais dentro do Território, mesmo que de forma piloto e introdutória.

Neste contexto, queremos chamar a atenção para o fato de que os resultados das pesquisas advindos da análise dos questionários ressaltam a deficiência sobre a efetiva participação dos membros do Colegiado nas reuniões e no conhecimento das ações da política territorial, constatação que talvez reflita a insuficiência na articulação regional no território. Tal fato resulta em dificuldades para se pensar em melhorias para o processo de interação entre aqueles que integram o Território do Sertão do Pajeú.

Para tanto, visando melhorar as formas de comunicação desse trabalho no Território, apresentamos a seguir a seguinte proposta:

PROPOSTA 1 – Criação de um site do Território do Sertão do Pajeú.

Constatou-se que a deficiência na comunicação entre aqueles que vivem, trabalham e pesquisam o Território é um dos maiores entraves para a interação das ações e para o conhecimento das problemáticas pertinentes ao Sertão do Pajeú. O site deverá constituir-se no ponto de aglutinação das informações sobre o território. Abrigará as informações sobre as ações, projetos e eventos sobre o território, disseminando encontros, reuniões, não apenas vinculadas ao Colegiado, mas também de interesse da população. Dessa forma, disponibilizará dados e informações sobre o território, como fonte para a pesquisa e desenvolvimento de projetos. Certamente promoverá a aproximação entre os municípios e com as instituições que fazem parte do território, além de permitir maior intercâmbio entre a Célula, o Colegiado e as outras esferas públicas e áreas de interesse.

Um dos fortes entraves ao desenvolvimento do Território está relacionado a baixa incidência e fraco estímulo para a formação da cultura associativista e suas derivações (cooperativismo). O individualismo da gestão política, das atividades produtivas e da prestação de serviços são fatos comuns que se apresentam como uma das características principais do Território. Neste sentido propomos a seguir a efetivação da seguinte proposta:

PROPOSTA 2 – Estímulo às formas de associativismo a partir do conhecimento da dinâmica e da importância do funcionamento dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural

Tal fato se reflete na falta de organização e na efetivação das ações públicas empreendidas no Território nos diversos segmentos sociais, econômicos, e ambientais. Verificamos que para haver a introdução da cultura associativista no território é necessária a orientação da pesquisa e de ações concretas que envolvam a formação dos cidadãos, que o estímulo ocorra desde a base educacional até a gestão do trabalho. Para isto propomos uma intervenção de capacitação (oficinas) junto aos atores em todo o território de acordo com a metodologia proposta a seguir.

Entendemos aqui que a metodologia nesta intervenção vai além de um grupo de técnicas e práticas, mas sim num processo mais amplo onde a visão teórica e prática sobre as políticas públicas se articulam e se associam, definindo objetivos e sentido para a intervenção local, considerando a realidade de cada município/bloco. Aqui se faz necessário aflorar a capacidade do facilitador ou facilitadora no entendimento de como foram construídos, constituídos e atuam os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentáveis, os Planos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentáveis e o Plano Rural de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sertão do Pajeú, bem com a composição dos Orçamentos Municipais e os recursos advindos do Estado e da Federação.

Neste sentido são necessários clareza e objetividade no conteúdo que deve se apresentar “atraente” na forma de abordagem, através de instrumentos didáticos de fácil visibilidade, manejo, compreensão e assimilação, com destaque para práticas de estimulação dedutivas, simulação de feiras e negociações, cartazes, vídeos e dinâmicas de interação articuladas às temáticas abordadas. Dada a dispersão e a ausência identificada pelos questionários, ao longo de todo o espaço geográfico do Território, dos mais diversos representantes dos segmentos que formam os colegiados, propõe-se que todos os municípios do território sejam contemplados nesta discussão, de forma a despertar a força do trabalho cooperativo no fortalecimento e na sustentabilidade deste território.

Apesar da importância de respeitar a realidade de cada município é importante buscar um unidade metodológica, didática e pedagógica para realizar os eventos de

capacitação e na identificação das mais variadas formas de atuação dos CMDRs, deve-se levar em conta:

- Informações adequadas ao campo de atuação de cada participante: explicações sobre os problemas a resolver, situações a criar ou modificar, sentido e finalidade das decisões a tomar e das ações a surgir em campo no cotidiano do trabalho;
- Indicações das decisões e ações que estão ao alcance das pessoas dentro de seu campo de atuação e trabalho e explicação de como e porquê contribuem ao propósito buscado.

Para que os atores sociais destas capacitações possam valorizar as informações recebidas a partir da sistematização de dados e estatísticas locais, atualizados neste momento pelas informações colhidas a partir dos questionários aplicados pela equipe técnica da Célula do Território, deverão ser estimulados a viabilizarem a reflexão sobre os mesmos para as suas atuações locais, refletindo sobre e como eles podem ajudar no encaminhamento das decisões através de uma leitura proativa, que suscite as dificuldades, mas sobretudo, sinalize com alternativas interativas, que sejam alcançáveis, mensuráveis, transformando o desejo de mudar em disposição para ação neste sentido.

A cada oficina é importante informar aos participantes detalhes do que já ocorreu em outros locais/municípios, destacando os avanços obtidos, intensificando e qualificando ainda mais a atuação local, pois, neste contexto onde as formas associativistas estão tão ausentes, ter conhecimento de que outras pessoas também atuam em outros lugares com o mesmo objetivo e desejo, contribui para desenvolver o espírito de autoconfiança e dar segurança de que será possível alcançar a mudança e o objetivo que se quer. Aqui estamos evidenciado a força das ações coletivas, pois, aos saber que, o que pode fazer sozinho é pouco e, provavelmente, insuficiente para mudar a realidade, as pessoas passam a acreditar na força da ação do coletivo, uma vez que vão estar seguros das razões de sua ação e de que outros vão agir com o mesmo propósito.

Ressaltamos também a importância de ações que visam reestimular a participação dos membros do Colegiado Territorial, além da tentativa de resgatar aqueles que se encontram inativos. Assim, consideramos que deverão ocorrer visitas regulares aos membros ativos e inativos do Colegiado Territorial com o objetivo de

destacar suas proposições para o Território, uma vez que os momentos de reuniões tem sido escassos e geralmente quando ocorrem já vem com pautas pré-determinadas.

Enfatizamos a necessidade da participação efetiva da SDT e que deverá envolver tanto o colegiado quanto os trabalhos da Célula. Seguindo nesse caminho, destacamos a discussão sobre o PROINF 2012, o lançamento do PTDRS, o acompanhamento e a execução dos projetos. Dessa forma, torna-se imperativo a discussão e montagem de eventos envolvendo o Colegiado e as diversas esferas públicas.

Ainda, dentro desse contexto, verificamos que é ponto comum a desinformação sobre a destinação de equipamentos e recursos dos projetos distribuídos em diversos municípios. Daí surge a necessidade do controle e da gestão da política territorial que vem sendo implementada no Território.

Como sugestão para a melhoria da operacionalização das ações, aponta-se para a necessidade da fomentação de um processo, no qual se possa concretizar o restabelecimento das instituições democráticas. Nesse sentido, salientamos a importância para que os sujeitos, envolvidos na questão, tenham o direito à participação efetiva nas discussões concernentes as suas necessidades mais básicas.

Quanto à avaliação e aplicabilidade dos instrumentos, as nossas observações já foram inseridas no relatório anterior relativo ao ICV. Porém, destacamos que ocorre a carência na busca de informações sobre a inter-relação entre as instituições que, talvez pudessem ser investigadas no instrumento sobre capacidades institucionais.

Além das propostas anteriores julgamos como de fundamental importância, para o Território, o aprofundamento das pesquisas que possibilite o desenvolvimento de atividades agrícolas e não agrícolas. Dentre elas destacamos aquelas que evidenciem o trabalho desempenhado por mulheres, que complementem o ganho das atividades domésticas, tal como trabalhos artesanais, agroindústria caseira, atividades de caráter urbano, etc. Para tanto, devem ser pesquisadas e mapeadas.

Neste contexto propomos a seguir o incentivo e a materialização das seguintes ações:

PROPOSTA 3 – Estruturação de mini - fabricas para processamento de polpas de frutas

Esta é uma ação de grande importância na agregação de valor à produção de frutas em todo o Vale do Pajeú, principalmente nas regiões próximas aos brejos de

altitude como é o caso da região mediana do Vale que tem nas cidades de Triunfo e de Santa Cruz da Baixa Verde os seus pontos centrais, mas que podem acolher demandas advindas de Flores, Calumbi e Serra Talhada que ficam localizadas nos seus entornos, como também nas áreas próximas as nascentes da Bacia onde a cajucultura se faz presente em larga escala nas zonas rurais de Brejinho, Itapetim, Tuparetama, Tabira e São José do Egito, apresentando-se como uma cultura bem adaptada as condições de semiaridez, condição que se verifica ao longo de todo o Vale, mantendo a mão de obra local ocupada no período de entre safra das culturas anuais, principalmente de mulheres e jovens o que contribui para o aumento da renda das famílias envolvidas.

Propõe-se aqui um piloto inicial nos brejos de altitude com uma possível replicação para as demais áreas, implantando-se uma estrutura como a que se desenvolveu e apresenta-se eficiente ao longo do tempo em outros trabalhos já consolidados dentro da Bacia (caso da assessoria a pequenas comunidades agrícolas feitos pela DIACONIA em Afogados da Ingazeira) a qual conta com uma infraestrutura física para fabricação de doces e geléias provenientes das frutas onde é possível toda uma preparação para desinfecção da matéria prima e dos próprios trabalhadores (ambientes com pias e bancadas para lavagens do material, pedilúvio) salas de pré-seleção e cozimento, envasamento, etiquetagem, pesagem e encaixotamento para estoque e embarque.

PROPOSTA 4 – Fortalecimento da segurança hídrica das comunidades.

Diferentemente da Zona da Mata e Agreste Meridional, os índices médios anuais de chuvas para o Território do Pajeu ficam entre 550 e 650 mm, contra uma evaporação que chega aos 2000 mm anuais, o que caracteriza um déficit acumulado ao longo do tempo e que põe em risco a segurança hídrica das famílias, dos seus cultivos e criatórios. Isto tem levado a inúmeras manifestações dos diversos segmentos presentes, principalmente das organizações produtoras, nas reuniões dos Conselhos ao longo do Território que solicitam uma ação mais efetiva para a questão.

Neste sentido propomos aqui, dada as mais variadas ações já iniciadas e até mesmo implementadas pelos mais diversos segmentos, sejam público (Prefeituras, Estado ou Federação) ou privado (ONG's principalmente), mas que na maioria das vezes não possuem uma continuidade ou necessitam de soluções para funcionarem plenamente, que seja realizado um criterioso levantamento do déficit no número e na

qualidade destas estruturas que são vitais para a convivência e melhoria na qualidade de vida dos que habitam esta região semiárida, com reflexo sobre a produção e a economia, envolvendo abastecimento humano (cisternas de placas, poços artesianos, desalinizadores), dessedentação animal (barreiros escavados em solo ou na rocha, barramentos sucessivos em córregos d'água ainda perenes) e produção de alimentos (cisternas calçadão, poços artesianos e amazonas, barragens subterrâneas), embasando um importante inventário sobre os corpos hídricos e suas contribuições neste Território.

Por outro lado, como se trata de uma questão de fundo e prioritária, a nosso ver, para toda a região do Território que é marcada pela escassez hídrica e que no passado já teve uma condição de produção de água bastante significativa e que foi sendo deteriorada ao longo do tempo, detalhamos a seguir indicativos para ações que entendemos ser de suma importância para a sustentabilidade ambiental, social e econômica das populações que nele vivem e trabalham.

4.1 - Recomendações para atendimento de demandas hídricas imediatas

- Projetar e realizar um inventário de identificação das fontes de captação e abastecimento de água das comunidades, estabelecendo planos para o gerenciamento desta água;
- Elaborar um plano de manutenção preventiva, para recuperação e revitalização dos tanques, cisternas e demais reservatórios coletivos que estejam em funcionamento e abastecendo a população das áreas mais secas;
- Proceder levantamento para identificação e instalação de novos poços artesianos e semi-artesianos, que possam atender a população que ainda não tem acesso a este importante e vital insumo, estabelecendo a elaboração de projeto que contemple as metas a serem alcançadas, cronograma de atividades, o aporte de recursos necessário e a emissão de relatórios de acompanhamento e avaliação das atividades;
- Eliminar gradualmente os custos com o deslocamento de carros pipa, canalizando estes recursos para melhoria, proteção e aberturas de novas fontes permanentes de água para a população.

4.2 – Recuperação das formações vegetais próximas as nascentes e mananciais

-] - Desenvolver um diagnóstico que permita caracterizar as matas ciliares ainda existentes e as formações vegetais que ainda podem ser caracterizadas para tal fim;
- Implementar a recomposição e conservação das matas ciliares e demais formações vegetais das áreas de proteção, que interfiram na qualidade dos recursos hídricos;
 - Incentivar o manejo florestal sustentável, como forma de aumentar a cobertura vegetal, aumentando assim a captura e a infiltração de água que vai alimentar os lençóis e devolver aos rios a sua condição de perenidade;
 - Desenvolver ações de recuperação de áreas degradadas que possam ter influência direta nas nascentes e cursos de água.
 - Encaminhar projetos junto as Câmaras de Vereadores, com vistas a incluir na grade curricular das escolas disciplina sobre o manejo da água, reflorestamento, identificação e proteção dos solos e de espécies vegetais e aquáticas nativas.

4.3 – Integração e ampliação do monitoramento da qualidade da água

- Estabelecer convênio com a COMPESA, ITEP e Universidades para ampliar o acompanhamento e as condições da qualidade físico-química e biológica das águas superficiais e subterrâneas de uso coletivo que são destinadas ao consumo da população e para a produção agropecuária;
- Promover debates envolvendo os segmentos da sociedade civil organizada em cada Município a partir dos resultados das análises da água em cada região, constituindo um Fórum permanente de discussão e avaliação sobre a qualidade da água, de forma a estabelecer vínculos permanentes de responsabilidade na busca da melhoria dos índices apurados e da conservação deste importante insumo, utilizando-se para isso, metodologia apropriada, que inclua material de cunho científico, técnico e educativo.

4.4 – Capacitação permanente das famílias na gestão dos recursos hídricos

- Estabelecer condições para formação de um Grupo de Trabalho Interinstitucional que defina uma agenda de ações voltada para organizar e implementar um processo de capacitação dos produtores e produtoras rurais e de suas famílias, assim como dos demais habitantes, sobre a necessidade de proteger e melhorar as condições da água em cada Município;
- Buscar articulação com a Agência Nacional de Águas (ANA), Secretaria de Recursos Hídricos do Estado de Pernambuco (SRH), Agência Pernambucana de Águas e Climas (APAC) e a Articulação para o Semiárido (ASA) para inclusão efetiva de todas as áreas secas do município no Programa de Construção de 1 Milhão de Cisternas no Semi-Árido Brasileiro, para captação das águas das chuvas e no Programa P 1 + 2 (uma terra e duas águas) destinado a produção de alimentos que visam melhorar a segurança alimentar das famílias;
- Elaborar materiais pedagógicos (é importante considerar o elevado índice de analfabetos) como manuais, guias, cartilhas, gibis, vídeos, cartazes sobre saúde, meio ambiente, gestão da água, voltados à realidade existente na área de cada Município;
- Produzir programas radiofônicos sobre os problemas ambientais ligados ao manejo da água (erosão, salinização, pesca predatória, doenças de veiculação hídrica) para divulgação permanente nos mais diversos e abrangentes programas de rádios que têm reconhecidamente uma grande audiência e abrangência na região.

5 – Resgate da importância da flora, fauna e microorganismos aquáticos para o equilíbrio da vida nos mananciais e para a economia dos municípios do Território.

- Proporcionar aos estudantes e grupos de jovens o aprofundamento dos conhecimentos técnicos e culturais ligados a pesca e a preservação das espécies vegetais, animais e microorganismos e de toda a biodiversidade e, conseqüentemente, da qualidade da água e do ecossistema do Rio Pajeú e seus afluentes;
- Planejar e executar nas comunidades localizadas nos entornos dos mananciais, palestras técnicas sobre a importância ecológica, nutricional, econômica e cultural da flora e

da fauna aquática para a vida da região, organizando simultaneamente, atividades práticas como o reflorestamento das margens do reservatório e recuperação das matas ciliares, o peixamento de barragens e açudes, excursões à região para identificação da existência de desmatamentos irregulares e a realização de pesca predatória;

- Fortalecer a Associação dos Pescadores do Açude do Saco I em Serra Talhada que atuam na atividade da pesca e produzem filé de tilápias, almondegas de peixe e comercializam camarão congelado, através de um acompanhamento sistematizado de suas atividades e diagnóstico do estado da arte de sua infraestrutura de forma a torná-la um projeto piloto que possa ser replicado para todas as demais comunidades que habitam os entornos dos mananciais construídos pelo DNOCS ou pelo Governo Estadual ao longo do Território;

- Aprimorar o uso da carcaça de tilapia, subproduto oriundo do beneficiamento deste pescado pelos pescadores artesanais do SACO I, por se tratar de uma importante fonte de cálcio utilizada na fabricação de farinha de peixe que é adicionada ao milho e ao sorgo e que serve para alimentar os viveiros de camarões na Estação de Piscicultura do IPA, podendo ser potencialmente utilizada no enriquecimento de outras rações destinadas aos animais de criatório ou adicionada a solos empobrecidos da região.

- Incrementar o programa de peixamento dos açudes, operação já realizada pelo IPA nos mananciais do Estado de Pernambuco, por se tratar de uma ação de grande importância, visto que, o mesmo possibilita que a população, principalmente a de baixa renda, tenha acesso a um alimento com alto valor proteico e de baixo custo, além de viabilizar o complemento da renda familiar através da comercialização do pescado; priorizar aqui o peixamento com espécies nativas de cada região a fim de preservá-las e evitar um possível desequilíbrio ecológico com a introdução de espécies alóctones e exóticas.

6 – Aprimoramento das ações no Artesanato na zona do Território do Pajeú

Todo o processo de produção artesanal tem como pano de fundo o resgate dos costumes trazidos através do tempo pelos habitantes do Vale ao longo de suas gerações e que foram preservados por seus descendentes. As peças produzidas geralmente são de altíssima qualidade e ao longo dos anos têm se transformado num excelente suporte financeiro para as famílias que deles se sustentam, principalmente por iniciativa das mulheres e jovens das mais diversas comunidades do Pajeú.

Esta é uma atividade que agrega as pessoas em pequenas associações com as famílias se engajando totalmente no processo, ocupando posições que passam a melhorar o convívio e a geração de renda nas comunidades. Na maioria das vezes os grupos enfrentam problemas com relação ao transporte adequado das peças produzidas e a obtenção permanente da matéria prima de qualidade sem degradação dos recursos naturais, com pontos de estrangulamentos importantes na cadeia de comercialização e na qualidade da embalagem que permita a exportação de produtos em segurança.

É fato que ao longo dos séculos a população do Vale tem explorado as riquezas produzidas pelo semiárido, como foi com o caroá que remonta uma prática muito antiga, que para suprir necessidades, a partir dessa fibra vegetal, eram feitos trançados de corda e mantas de animais para serem vendidos em feiras e redes de dormir. Com o passar do tempo e o advento da corda industrializada, perdeu-se o sentido de dar continuidade à prática da corda de caroá. Porém, as comunidades não param e passam a reinventar formas de aproveitamento de matérias-primas como esta. A capacidade do sertanejo do Pajeú sempre dá vazão a uma variada morfologia entre as culturas e a interação dos moradores com outros meios produtivos.

Assim, por meio de uma associação, os artesãos produzem peças com design cada vez mais moderno, atraente e de bom valor agregado, como é o caso da Associação das Mulheres Artesãs de Santa Cruz da Baixa Verde (trabalhos artesanais a partir de fibras vegetais), das mulheres da Associação dos Pescadores Artesanais do Açude do Saco I em Serra Talhada (produção de bijuterias a partir da escama de tilapia) e do Grupo de Jovens Artesãs de Triunfo (produtos a base de fibra vegetal), para as quais se propõe aqui um projeto piloto para dinamização de suas ações e que possa fortalecer as relações de produção coletiva e uma administração competente da ação agregadora de valor e de geração de renda, de forma que, os caminhos aqui testados e validados possam ser replicados para as demais experiências ao longo do Território. Neste sentido propõe-se a inclusão destes três empreendimentos, envolvendo três das 20 cidades do Território e distribuídos num raio de 30 km, nas seguintes estratégias de validação:

- a) Realização de um diagnóstico participativo das condições de operação e da potencialidade de cada um dos empreendimentos no aproveitamento da matéria prima e na agregação de valor aos produtos;
- b) Oficina envolvendo o conjunto de atores das três organizações para avaliação dos resultados do diagnóstico e para formulação de proposições para adequação do que for diagnosticado como deficitário e de

potencialização do que se apresenta produtivo e promissor na cadeia de negócios;

- c) Implantação a nível local, em cada um dos grupos, das ações de ajuste e de validação no trato com a fabricação das peças e na organização social e econômica do empreendimento, apresentando um cronograma de execução estabelecendo metas e indicadores de resultados para uma posterior replicagem para as demais áreas do Vale.

7 – Fortalecimento da produção orgânica/agroecológica e das feiras agroecológicas na Região do Território

A ampliação da capacidade de produção sustentável das famílias agricultoras que convivem no semiárido, através de atividades que promovam o desenvolvimento dos agrossistemas familiares e coletivos de produção em condições de estresse hídrico, é um grande desafio que se potencializa ao longo do tempo e que tem na qualificação dos agricultores e agricultoras o seu ponto de fundamentação mais imperativo. A disseminação de tecnologias sociais, práticas e procedimentos apropriados para que consigam produzir com eficiência em sistemas dependentes de chuvas mais do que nunca necessitam se fundamentar, fortalecer e respaldar na luta por Políticas Públicas verdadeiramente voltadas para o fortalecimento e reprodução da agricultura familiar numa região onde impera o sequeiro.

Com vistas a proporcionar um embasamento ainda maior na apropriação por parte dos diversos segmentos que compõem as forças produtivas no Território propomos a realização das seguintes ações:

- 1) Oficinas de capacitação que envolva 40 multiplicadores (02 por município do Território), compostas por 03 módulos, sendo cinco dias para cada módulo, nos quais serão trabalhados conteúdos e técnicas que abordarão as seguintes temáticas:

Módulo 1: conhecimentos gerais sobre o semiárido e as tecnologias sociais com respectivos e adequados procedimentos para cada área, cotejadas com as políticas públicas estabelecidas pelo Estado para o enfrentamento e o atendimento do que foi planejado pelas comunidades;

Módulo 2: manejo dos rebanhos (caprinos e ovinos) e de abelhas, melhoramento de raças, implantação de instalações para caprinos e ovinos e para a produção de mel;

Módulo 3: manejo da vegetação nativa (caatinga) e o cultivo integrado das espécies.

2) Implantação de duas unidades pilotos em cada Município, selecionadas com base em critérios estabelecidos pela própria comunidade e equipe de gestão, que irão receber animais e suporte material de melhoramento do rebanho de caprinos e ovinos e de sua produtividade, totalizando 40 unidades experimentais replicáveis, objetivando que a comunidade perceba que os conhecimentos e práticas que estão sendo socializados, do ponto de vista econômico, social e ambiental são viáveis;

3) Desenvolvimento de Metodologias e de Práticas de Educação Agroecológica, de Utilização Sustentável dos Recursos Naturais e de Manejo Agroecológico da Produção Agropecuária para a Prevenção e o Controle da Desertificação:

- Implementar Quatro Unidades de Referência em Produção Agroecológica e de Prevenção e Controle da Desertificação em Agroecossistemas Familiares em área de sequeiro, desenvolvendo ações/atividades de Capacitação/Visitas Interativas entre as Famílias Agricultoras, enfocando a Utilização Sustentável dos Recursos Naturais, o Manejo Agroecológico da Produção Agropecuária e a Implementação de Medidas de Prevenção e de Controle da Desertificação;

- Desenvolver Ações/Oficinas de Educação Agroecológica junto às Equipes de Educadores das Escolas dentro e no entorno das áreas onde serão implementadas as Unidades de Referência em Produção Agroecológica e de Prevenção e Controle da Desertificação

- Elaborar e disseminar Materiais Educativos e de Campanhas sobre Prevenção e Controle da Desertificação.

4) Estruturar um banco de dados na identificação das famílias agricultoras que já desenvolvem iniciativas e práticas de manejo racional dos recursos naturais e de condução de seus cultivos e rebanhos, visando incentivar, valorizar, reforçar e disseminar suas experiências, bem como intensificá-las com aportes de informações, capacitações e insumos agroecológicos, sendo para isto preciso:

- Desenvolver coletivamente programações de sensibilização, capacitação e disseminação das experiências mais relevantes, através de visitas de intercâmbio, treinamento, exposições, palestras e entrevistas em programas de rádios;
- Incentivar a aquisição e o repasse de insumos (sementes e mudas de plantas como glirícidia, moringa e leguminosas; pó de rocha), outros organismos (inoculantes; minhocas; insetos, vírus e fungos "controladores" de populações pragas) e equipamentos de baixo custo, que possam ser obtidos junto a Universidades, EMBRAPA, CODEVASF, DNOCS, IBAMA, IPA, ONGs ou OSCs, como forma de reduzir o impedimento de adoções de inovações tecnológicas por falta destes tipos de aporte;
- Estabelecer parcerias com organizações que já trabalham com empresas e cooperativas que produzem, verticalizam, comercializam e ou consomem produtos agroecológicos.
- Buscar conhecer iniciativas e ou programas governamentais e não governamentais com os quais as organizações dos produtores poderão estabelecer parcerias institucionais que permitam aportes técnicos e materiais para o desenvolvimento de iniciativas que possibilitem ampliar a adoção e disseminação de práticas agroecológicas.

5) As feiras agroecológicas – ampliação e fortalecimento da rede de comercialização

Iniciativas de descentralização da comercialização, estabelecendo espaços dentro ou mesmo fora das próprias feiras municipais, tem facilitado a negociação direta pelas famílias dos produtos orgânicos/agroecológicos produzidos em suas áreas com os moradores de seus próprios municípios. Por outro lado, outros espaços importantes foram sendo conquistados pela organização das famílias agricultoras a nível regional, estabelecendo pontos de comercialização em feiras ditas agroecológicas, a qual já se

estende aos mercados dos municípios de Serra Talhada, Santa Cruz da Baixa Verde e Afogados da Ingazeira.

O impacto inicial quando se entra no espaço destas feiras é de que o movimento parece insignificante, porém a presença marcante das famílias agricultoras no local, garantindo a comercialização direta de suas produções, é um dos meios mais eficaz de geração de divisas num mercado de economias de pouca liquidez como é o caso das cidades dentro do semiárido brasileiro, face a característica presente neste tipo de ralação comercial onde, geralmente, as vendas são feitas à vista, com quase tudo sendo vendido em pouco horas, com os produtores destinando as sobras para serem incorporadas de volta no solo de suas áreas de produção.

Um dos maiores desafios aqui é garantir aos consumidores dos produtos orgânicos um abastecimento regular, de qualidade e, principalmente, adaptado aos seus exigentes hábitos. Desta forma, à medida que vem se consolidando como um importante espaço de comercialização dos produtos da agricultura familiar nos municípios Pólos do Vale, a feira agroecológica vai se tornando um polarizador de múltiplos circuitos mercantis e um ponto de convergência de diferentes agentes econômicos, gerando permanentemente oportunidades de vendas para estes produtos advindos da magnífica diversidade proporcionada pela introdução da agricultura agroecológica nas áreas agrícolas da região.

Neste sentido propõe-se um estudo para alavancar os espaços consolidados em Santa Cruz da Baixa Verde (tendo seu ponto forte nas mulheres que cultivam produtos agroecológicos e comercializam na feira agroecológica da cidade), Serra Talhada (que já agrega produtores do próprio Município e de Municípios vizinhos como Triunfo e Santa Cruz) e Afogados da Ingazeira e que possibilite a ampliação da rede de comercialização destes produtos, conseqüentemente, do volume de produtos agroecológicos nas demais regiões do Território. Assim como proposto para o segmento artesanal, os passos a seguir deverão fundamentar esta alavancagem de forma a permitir a sua replicação com uma qualidade ainda maior para os demais municípios do Território:

- a) Realizar um diagnóstico participativo das condições de operação e da potencialidade das feiras nestas três localidades;
- b) Planejar e realizar oficina envolvendo o conjunto de atores das três localidades para avaliação dos resultados do diagnóstico e para formulação

de proposições para adequação do que for diagnosticado como deficitário e de potencialização do que se apresenta produtivo e promissor na cadeia de negócios;

- c) Implantação a nível local, e concomitantemente em áreas de reconhecido potencial produtivo de produtos agroecológicos, das ações de ajuste e de validação no trato com a estrutura das feiras e dos segmentos que a manterá abastecida, como é o caso da regularidade da produção e do acesso dos produtos a espaço de comercialização, já que as estradas rurais, de obrigação do poder público constituído, precisam ser repensadas quanto a infraestrutura básica (vãos de passagem, pontes, passagens molhadas) e de manutenção, criando para isto também um cronograma de execução estabelecendo metas e indicadores de resultados para uma posterior ampliação em larga escala para as demais áreas do Vale;
- d) Promover articulações com os diversos setores da economia local no sentido de viabilizar/agilizar a liberação de recursos através dos Bancos Oficiais para o financiamento de unidades produtoras de produtos agroecológicos bem como dos espaços públicos das feiras agroecológicas.

Os aspectos abordados até aqui, como propositivos, neste relatório, no nosso entendimento, ao serem colocados em prática no seu conjunto (não se esgotando de forma alguma por aqui), viabilizarão políticas públicas que potencialmente geram postos de trabalho, conseqüentemente, melhoram a saúde, o acesso a educação e as condições de vida e de trabalho para as milhares de famílias que dependem das relações de produção no mundo rural em que estão inseridas e que acabam dando sustentação a econômica, ambiental e social das cidades dentro do Território.

São Jose do Egito – PE, Agosto de 2012